



DESLOCAMENTO E MEMÓRIAS SOBRE INFÂNCIA INDÍGENA TIKUNA

Darcimar Souza Rodrigues ¹

RESUMO: O presente artigo tem como título “Deslocamento e memórias sobre infância indígena tikuna. Que tem o objetivo de apresentar os deslocamentos e as memórias sobre a infância indígena tikuna. Os sujeitos da pesquisa foram as crianças da comunidade indígena Tikuna de Filadélfia. O desenvolvimento deste trabalho pautou-se no método qualitativo. Utilizando-se da pesquisa etnográfica, além da pesquisa bibliográfica. Utilizamos o instrumento de coleta de dados a observação participante e registro em caderno de campo. Percebeu-se com esse trabalho as condições em que as crianças e as culturas infantis se encontram ao longo dos anos nos seus processos educativos de direitos

Palavras chave: Infância Indígena. Criança. Infâncias.

RESUMEN: Este artículo se titula “desplazamiento y memorias sobre la infancia indígena Tikuna”. Que tiene el objetivo de presentar los desplazamientos y los recuerdos sobre la infancia indígena Tikuna. Los sujetos de la investigación fueron los niños de la comunidad indígena Tikuna de Filadelfia. El desarrollo de este trabajo se ha pautado en el método cualitativo. Utilizando la investigación etnográfica, además de la investigación bibliográfica. Utilizamos el instrumento de recolección de datos la observación participante y registro en cuaderno de campo. Con este trabajo se perciben las condiciones en las que los niños y las culturas infantiles se encuentran a lo largo de los años en sus procesos educativos de derechos.

Palabras clave: Infancia Indígena. Niño. Infancia. Infâncias.

¹ Pedagogia/ Centro de Estudos Superiores de Tabatinga- CSTB/UEA

1 INTRODUÇÃO

A partir das vivências e participação na disciplina Tópicos Especiais: Infância, juventude, cidades, deslocamentos. Na qual abordávamos sobre assuntos enunciados na disciplina, o contexto das infâncias e o deslocamento. Uma frase no texto: Infâncias, cidades, (in) visibilidade me chamou atenção “escrever a história é dar uma fisionomia às datas” de Benjamin apud Pereira, no qual motivou a escrita deste texto voltado a educação infantil indígena, com o intuito de externar que as crianças indígenas são pessoas cidadãs de um país que também as pertence e precisam ser evidenciadas em diversos contextos, na qual destacamos as crianças da etnia Tikuna.

Este Artigo, foi construído de um resgate descritivo sobre o cotidiano das experiências vividas e do contato de práticas em instituições escolares com alunos indígenas, que tem por objetivo externar memórias de trajetórias vivenciadas pelas crianças da comunidade Indígena na cidade. Os sujeitos da pesquisa são as crianças (apesar de não serem nomeadas suas falas), inseridos na educação infantil e ensino fundamental, que moram na Terra Indígena de Santo Antônio, zona rural do município de Benjamim Constant - AM, especificamente na comunidade indígena Tikuna de Filadélfia.

Ao descrever esse cotidiano nos faz perceber as condições em que as crianças e as culturas infantis se encontram ao longo das contingências dos acontecimentos e à margem de uma existência integracionista, existência essa, que tem negado lugares mais amplos de acessibilidade que permita o seu aparecimento público em diferentes tempos e espaços sociais, e isso se deve as desigualdades sociais geradas pela segregação de poder social e econômico existente em todo país e que vem afetar negativamente as estruturas de vida da comunidade através do sistema econômico vigente que força as comunidades indígenas a se apropriarem do consumismo, apresentado pelos recursos midiáticos, fazendo estes deixarem a convivência da vida coletiva e partirem ao individualismos, principalmente as comunidades próximas aos centros urbanos, que de certa forma afetam o cuidado das crianças em seu ambiente familiar.

Dessa maneira tendemos mais que divulgar a ação das crianças da comunidade, valorizando-as e reconhecendo-as como sujeitos ativos e atores de conhecimentos e não como “[...] meros receptores passivos da cultura[.]” (SARMENTO,

2007, p. 35). Elas possuem perspectivas e pensamentos “[..] diferenciados de interpretação do mundo e de simbolização do real, que são constitutivos das ‘culturas da infância’, as quais se caracterizam pela articulação complexa de modos e formas de racionalidade e ação” (SARMENTO, 2005, p. 371). Elas são ativas e quando focam seu ideal de vida buscam a qualquer custo alcançar seus objetivos mesmo ainda pequenos, trilhando com êxito as dificuldades encontradas no meio do caminho, com a orientação e motivação da família, quando esta está pronta para auxiliá-las.

2. A MEMÓRIA SOBRE A CRIANÇA TIKUNA E A LIBERDADE NO SEU ESPAÇO CULTURAL

Desenvolver o ensino e a aprendizagem de crianças indígenas foi e ainda continua sendo em muitas comunidades indígenas tarefa das mulheres e anciãos, a missão e a sabedoria de educar os pequenos até certa idade, quando as crianças se tornam aptas a desenvolverem tarefas de adulto, para isso há uma preparação desde o seu nascimento, através dos cuidados espirituais, pessoais e também o chamado ritos de passagens que marca a passagem da fase de criança para a adulta.

As crianças indígenas Tikuna têm liberdade de transitar na comunidade de acordo com as suas necessidades e oportunidades que seus pais e comunitários lhes oferecem. Participam das comemorações e reuniões juntamente com seus familiares quando são solicitados a participar na comunidade onde moram e fora do ambiente de moradia. Segundo Nobre, diz que “nas sociedades indígenas brasileiras, a infância é marcada pela liberdade na vivência do tempo e do espaço, nos aspectos da vida e nas relações societárias”.

Quando eles sentem vontade de ver o barco ou canoa que chega na comunidade, o pai ou a mãe não os impedem das suas curiosidades de crianças, eles correm e ficam observando e conversando entre si sobre o que as pessoas fazem e porque estão em seu ambiente. Crianças Tikuna, são curiosas e inteligentes, desenvolvem com bastante destreza suas habilidades de ouvir, observar e aprender.

Através dessas habilidades desenvolvem conhecimentos de como sobreviver e utilizar o ambiente onde vivem. Ao ouvir, desenvolvem as instruções das atividades e ao

observar a maneira de como realizá-las, aprendem na prática como fazer a acção. Com essa acção cultural elas se transformam em reprodutoras de sua cultura e de sua história. “As culturas da infância exprimem a cultura societal em que se inserem, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, ao mesmo tempo em que veiculam formas especificamente infantis de inteligibilidade, representação e simbolização do mundo” (SARMENTO, 2004, p. 22).

Imagem 1: Criança brincando a beira do Rio Solimões



Fonte: RODRIGUES - 2016

As crianças Tikuna ao nascer, tem seu corpo pintado com jenipapo para protege-los dos maus espíritos, que eventualmente seus pais possam trazer até elas no momento que voltam da caça e da pesca. Os antigos Tikuna contam, que os animais e as árvores têm espíritos, e que podem vingar na criança quando estão desprotegidas, por isso pintam a criança com jenipapo².

Além da pintura, recebem alguns objetos ou adornos corporais providenciados pela mãe ou familiar mais velhos, para que seja protegida durante seu crescimento e para adquirir habilidades em suas atividade pessoais diárias, como por exemplo: a família faz

² Fruta nativa da região amazônica, usada para pintura corporal dos Tikuna e também de objetos artesanais da cultura.

pulseira dos ossos e colar da cabeça do pássaro mergulhão e coloca no braço e pescoço da criança para quando for crescendo não pegue doenças; a mamãe Tikuna também dá a criança enquanto bebê, peixinhos bem pequeninos para engolir. Para que quando for maior, saiba nadar com facilidade e flutuar, e quando estiver se alimentando não se entale com espinhas ao comer peixes. Assim também fazem com a unha de tatu³ que sua mãe coloca no seu corpo, para quando a criança for adolescentes/jovem, ao desenvolver a capina e produção de uma roça, ele consiga dar conta mais rápido, assim como poder fazer seu remo, sua canoa. Todos esses objetos, servem de cuidado e dons para seus filhos.

Enquanto bebês as crianças Tikuna brincam com diversos objetos da sua cultura. Um objeto muito conhecido é o maracá⁴ e aprende, brincar com ele. Quando a criança completa entre quatro e cinco anos, elas já querem brincar subindo em árvores para poder tirar alimentos para seu sustento. As árvores mais comuns, que as crianças gostam de subir são das frutas como: jambeiro, ingá, abil goiabeiras, mapati. Outra atividade que as crianças enquanto pequenas querem experimentar é flechar peixinhos. Além de flechar peixes, eles também brincam com a baladeira, para balar passarinho para comer.

Nas casas indígenas Tikuna, tem vários objetos que as mães oferecem as crianças para adquirirem experiências de como brincar. Elas aprendem manuseá-los com cuidado em brincadeiras ainda dentro de casa. Aos quatro e cinco anos, quando estão mais crescidos eles podem sair da casa para mexer em outros objetos que estão ao redor da casa, como em plantas, folhas, e etc. buscando desenvolver o conhecimento. A partir daí vão adquirindo a socialização com os moradores da comunidade e outras crianças.

As crianças com idade de cinco a sete anos já saem de casa para pescar com as outras crianças e já fazem o fogo na casca do pau para assar o seu peixe. Nessa idade as crianças estão mais soltas na comunidade. E nesse período que eles também começam a fazer a imitação das atividades desenvolvidas por seus pais. Quando o pai está fazendo um remo, as crianças tentam fazer os seus. Quando a menina vê a mãe

³ Tatu, é um animal silvestre existente na Amazônia que serve de alimento de caca para o indígena.

⁴ Maracá fruto de uma árvore na Amazônia, usado na confecção de objeto sonoro usado nas festas culturais.

fazendo o aturá⁵ ela aprende vendo a mãe fazer, chegando até a ajudar na confecção do objeto. Os pais trazem os matérias da mata (natureza- flora), pra desenvolver os artesanatos e as crianças colaboram ajudando na produção. Dessa maneira as crianças Tikuna vivem em suas comunidades.

3. DESLOCAMENTO NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA TIKUNA.

Anterior a Constituição Federal de 88 e a Lei 9394/96, que elegem um capítulo de direitos adquiridos pelos povos indígenas, não se tinha necessidade de inserir crianças indígenas de 0 a 5 anos nas escolas e nem de construir creches, devido os cuidados familiares que estes dedicavam às crianças e os ensinamentos atribuídos as mães, mulheres e anciãos nessa ação educativa.

Com tudo a educação indígena vem sofrendo mudanças no decorrer dos anos, devido o acesso aos saberes institucionalizados que em muitos casos não leva em consideração o caráter dos direitos de saberes escolares diferenciados, deixando de lado o ensino baseado nos saberes tradicionais desses povos em sua grande maioria, assim como também não há uma efetiva preocupação do sistema de educação em atender uma educação escolar de qualidade para os mesmos e nem a garantia de aprendizagens contextualizadas com sua realidade, por falta de profissionais qualificados ou de cursos de qualificações que atendam às necessidades das instituições escolares indígenas que possam desenvolver o ensino aprendizagem as crianças indígenas (caso estejam na escola) e ambiente favoráveis para o seu desenvolvimento.

Diante disso, não podemos excluir os benefícios que a educação tradicional indígena trouxe para a educação atual. Freire sugere que o formador “seja sujeito da produção do saber, ele acrescenta que ensinar não é transferir conhecimentos, mais criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (1996, p 22).

Essa prática que Freire sugere já vinha sendo perpetrada pelas comunidades indígenas muito mesmo antes da institucionalização do saber, quando orientavam suas crianças numa educação para vir a ser na comunidade.

⁵ Aturar, é um utensílio da cultura indígena Tikuna em multiusos doméstico.

Os Tikuna sempre lutaram contra as discriminações sociais e de anulações de sua cultura até mesmo dentro das instituições escolares, lugar onde deveria promover a diversidade cultural, tiveram em muitos casos que deixar de falar sua língua, de manifestar sua cultura para ter acesso aos conhecimentos institucionais sem que pudessem ser ridicularizados pelo fato de falar uma língua que na escola não tinham domínio. Suas famílias sempre sonharam que seus filhos tivessem condições de vida mais favoráveis e que pudessem ter os mesmos direitos dos brasileiros, afinal, os Tikuna, que nascem e moram no Brasil tem seus direitos subjetivos constituídos, são brasileiros e têm direitos adquiridos em lei, que na maioria das vezes lhes são negados, no caso aqui citamos a educação escolar diferenciada.

Dos anos 90 a 2010, presenciamos a caminhada a pé ou de canoa de grupos de crianças e adolescentes em deslocamentos da comunidade de Filadélfia, em direção ao centro da cidade de Benjamin Constant, para não perder nem um dia de aula. Fazendo sol ou chuva estavam ali, firmes e fortes na escola. Nas salas de aulas se comportavam melhor que muitos não indígenas para que não fossem punidos injustamente, eram muito pontuais, sempre entregavam seus trabalhos nas datas marcadas.

Muitas vezes seus esforços não valiam muito, pois ficavam com as notas muito inferiores por não expor sua opinião em língua portuguesa fluente. Sempre foram considerados por muitos professores alunos desprovidos de saberes e sem capacidade de acompanhamento dos conteúdos repassados em sala de aula. Com isso se sentiam descartados e acabavam sentando sempre no fundo das salas de aulas. Eram reprimidos e algumas vezes ridicularizados por professores preconceituosos e que não davam credibilidade aos seus potenciais. Em observância ao Estatuto do Índio, isso se configurava em violação de direitos adquiridos pelos mesmos, pois nos seus Artigos, de 47 ao 52 e 54 os indígenas no Brasil deveriam ser melhor atendidos e entendidos. Segundo o Estatuto do Índio,

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País. [...]

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola, especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados.

Mesmo com todos esses problemas enfrentados e pela resistência persistente que até hoje existe na cultura, muitos Tikuna conseguiram vencer e atuam como profissionais na comunidade - da escola à saúde - inclusive em cargos públicos ocupados no município. Trabalham como artesãos, artistas musicais, auxiliar de enfermagem, professores, funcionários administrativos, vereadores, vice-prefeito, além de agricultores e pescadores.

O nível de escolaridade existente na comunidade hoje é de educação infantil a mestrado. Educação infantil e ensino fundamental ofertado pelo sistema de educação municipal, Ensino Médio e Ensino Superior pelo Estado. A educação infantil, ensino fundamental e médio na própria comunidade. O Ensino Superior aconteceu na comunidade de 2004 a 2011, num convênio da OGPTB com a UEA, onde se formaram mais de 200 professores em diferentes áreas de conhecimento (língua - portuguesa, kokama, tikuna e kambeba; Biologia; Artes; matemática; geografia; história...)

Atualmente o ensino institucional conta com duas escolas próprias em prédios construídos na comunidade, uma financiada pelo município e a outra pelo estado. Existe também a construção de uma outra escola com a estrutura de uma creche na responsabilidade do município que ainda não está totalmente concluída. Essa última é uma preocupação da comunidade, principalmente com o público que terá que frequentar, pois, ainda não se tem uma definição e nem discussão com a comunidade sobre a construção da nova escola com projeto de creche. De acordo com o que diz o Art 8º e seus §1º e §2º da Resolução nº 5/2012 que estabelece as diretrizes de educação indígena na educação infantil.

Art. 8º A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

§ 1º A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de

suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola.

§ 2º Os sistemas de ensino devem promover consulta livre, prévia e informada acerca da oferta da Educação Infantil a todos os envolvidos com a educação das crianças indígenas, tais como pais, mães, avós, “os mais velhos”, professores, gestores escolares e lideranças comunitárias, visando a uma avaliação que expresse os interesses legítimos de cada comunidade indígena.

Contudo, o que se observa é que essa ação nunca aconteceu nos sistemas de educação desse município e pelo que temos presenciado está longe de acontecer, se houver pessoas não interessadas nas causas indígenas.

A educação infantil, ofertada nas escolas municipais indígenas segue as diretrizes da educação nacional ou dos municípios, sem a preocupação ou observância da cultura, da interdisciplinaridade e tampouco com a educação diferenciada que tanto preza a resolução citada.

Outro elemento importante na educação escolar indígena é a formação de profissionais habilitados para o desenvolvimento do trabalho com a infância indígena. Que por sua vez também sofre escasseamento de formação adequada para esse fim educacional. Apesar das muitas conquistas na educação escolar indígena, atualmente passa por sérios problemas na atual conjuntura política governamental do país que acaba afetando também os municípios de certa forma.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas conquistas da educação escolar indígenas no município, como escolas com prédios próprios, funcionários efetivos, professores com formação superior. Ainda há muito o que se fazer para a promoção de uma educação infantil de qualidade principalmente na Comunidade Indígena Tikuna de Filadélfia. Pois precisa ser levado em consideração os princípios da escola indígena intercultural, bilíngue e diferenciada.

O sistema de ensino precisa assegurar ao povo indígena, escolas com estruturas adequadas às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, que garanta laboratórios, bibliotecas, espaços

para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que possa ofertar uma educação escolar de qualidade sociocultural.

A educação infantil precisa ser discutida com maior ênfase no sistema educacional do município assim como também na comunidade indígena de Filadélfia e entre os profissionais da educação que fazem parte da Organização Geral dos Professores Tikuna Bilíngue – OGPTB, instituição responsável na comunidade que promove as interações comunitárias em prol da educação escolar indígena Tikuna. Esse texto não se esgota aqui, pois tem sua continuidade em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973-** Estatuto do Índio. Presidência da República, Casa Civil. Chefia para Assuntos Jurídicos publicado no DOU de 21.12.197.

BRASIL, **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012.** *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, 2012.*

NOBRE, Domingos. **“Todo índio na escola!”:** infâncias indígenas e escolarização no Brasil. Colaboradores: Carolina Alencar...[et al].- Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Visibilidade social e estudo da infância.** In: VASCONCELLOS, Vera M. R.; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **Infância (in)visível.** Araraquara, SP: Junqueira & Marim, 2007. p. 25-49.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade:** interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SARMENTO, M. J. **As Culturas da Infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** In: Sarmento, M.; CERISARA, A. B. **Crianças e miúdos:** Perspectivas sócio pedagógicas sobre infância e educação. Porto: Edições Asa, 2004. p. 9-34.